

Estratégias de mobilização eleitoral na Porto Alegre da década de 1920

Ricardo de Aguiar Pacheco

Nessa comunicação desejamos apresentar sinteticamente a pesquisa de doutoramento sobre a vida associativa em Porto Alegre. Esse estudo *surgiu* de uma relação de estranhamento e conhecimento à um conjunto de dados encontrados em estudos que participei em diferentes projetos que me vi envolvido. Ao longo da graduação participei de diferentes pesquisas sobre a vida urbana: Inicialmente como estagiário no projeto “Memória dos Bairros” da SMC/PMPA onde se rastreava as redes de solidariedade e de pressão políticas das comunidades periféricas da cidade. Depois, como bolsista de iniciação do projeto “Imaginário Social: as representações do urbano do *fin de siècle à belle époque* (Porto Alegre, 1884-1915)” onde se investigava as transformações urbanas ocorridas em Porto Alegre ao longo da década de 1920.

No primeiro projeto, junto às comunidades periféricas da capital – através da metodologia da História Oral – foi possível entender que os grupos sociais subalternos articulam sim estratégias para ver atendidas suas necessidades materiais. E que, antes da mudança estrutural da sociedade, estão ocupados na transformação, mesmo que parcial, das condições objetivas de sobrevivência ainda que, para isso, tenham de se subordinar às estruturas hierárquicas do Estado e reproduzir os termos do discurso hegemônico.

No tempo da Iniciação Científica entendi que a dimensão simbólica da sociedade é um elemento objetivo das disputas políticas do mundo contemporâneo. Percebi – através da leitura dos jornais da década de 1920 – que os grupos políticos se utilizam da difusão de determinadas interpretações do mundo para ocultar e/ou destacar seus projetos e interesses.

No curso de mestrado me dediquei a investigar como as transformações políticas implicam em mudanças nas formas de legitimação do poder institucional. Problematicando a noção de cidadania a partir dos referenciais teóricos da História Cultural compreendi que esta não é uma categoria universal e atemporal. Ao contrário, cada sociedade, no seu

tempo-espaço, define as estratégias que considera legítimas para as mediações política aceitando ou refutando determinadas representações e práticas.

Com essa experiência de pesquisa a pesquisa de doutorado delimitou como marcos o espaço urbano de Porto Alegre ao longo da década de 1920. Da mesma forma ficou definido que a documentação principal da pesquisa seriam os jornais A Federação e Correio do Povo e os arquivos de Borges de Medeiros depositados junto ao Instituto Histórico e ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

No **primeiro capítulo** desse estudo me dediquei a um esforço menos teórico e mais investigativo sobre a legitimidade do estudo das representações e práticas políticas no espaço urbano marcado pelo processo de modernização, ou seja, a construção do objeto. Com os estudos sobre as estratégias simbólicas da monarquia absolutista apresentado por Roger Chartier observei que os símbolos do poder têm difusão nos diferentes grupos sociais. Conforme afirma René Remond o código utilizado pelas comunidades pode expressar as formas através das quais as disputas são percebidas e significadas. Com as leituras de José Murilo de Carvalho sobre o imaginário da República no Brasil entendi que nossa sociedade faz uma apropriação particular das instituições políticas típicas da modernidade.

Embaralhando as leituras (e as experiências) dos projetos anteriores com as reflexões do curso de doutorado concluí que cada sociedade articula uma *cultura política* particular. Ou seja, um conjunto de representações e práticas consideradas legítimas para serem utilizadas pelos agentes para *codificar, interpretar e agir* no campo político.

Foi com esta ferramenta teórica me dispus a investigar a realidade empírica das disputas eleitorais da Porto Alegre da década de 1920. E Foi apenas na consulta da documentação que percebi a importância dos *grêmios, clubes e demais associações* para a vida política local. As notas de jornais me evidenciaram que através dessas entidades eram organizadas e comunicadas as ações de arregimentação e mobilização política, seja para os festejos cívicos seja para os momentos eleitorais.

Só então as associações políticas se tornaram o objeto central dessa investigação. E para evidenciar esta importância, dediquei o **segundo capítulo** da tese à descrição do processo eleitoral na República Velha. Seguindo os preceitos tradicionais da historiografia política optei por realizar, nessa parte do estudo, uma narrativa linear dos fatos referentes as três eleições municipais do período.

Para isso estabeleci um diálogo tanto com os estudos clássicos de Raimundo Faoro sobre a estrutura oligárquica e o de Victor Nunes Leal sobre a legislação eleitoral, como com as abordagens mais recentes, como as reflexões da antropologia política de Márcio Goldman e Nara Magalhães. Busquei, assim, articular um referencial que me permitisse perceber rupturas e continuidades do processo eleitoral da década de 1920.

Mostrei como, no ano de 1920, o Intendente José Montauray foi apresentado como candidato à reeleição pela sétima vez. Evidenciei a desmobilização para o processo eleitoral e a falta de candidatura oposicionista. Fatos que indicam o esgotamento da estratégia da reeleição como forma de agir no campo político local.

Já na campanha eleitoral para o pleito municipal de 1924 ocorreu algo muito diferente: não apenas a indicação de Otávio Rocha e Alberto Bins como candidatos republicanos e a apresentação dos nomes de Frederico Gomes e Feliciano Falcão como candidatos oposicionistas. A maior característica desse processo eleitoral foi o surgimento de mais de uma dezena de associações políticas. Em anexo apresento a lista daquelas que consegui mapear pela documentação. No entanto estou convencido da existência de outras que não deixaram registros na documentação consultada. Espero ter explicitado na minha narrativa que o processo de arregimentação e mobilização eleitoral passava por essas associações. Eram elas que chamavam os cidadãos a se inscreverem como eleitores, que promoviam mais de uma dezena de atos como reuniões, comícios e passeatas com fins eleitorais.

Na descrição do pleito municipal de 1928 percebi novamente o intendente Otavio Rocha sendo indicado à reeleição. Um primeiro olhar aponta para a continuidade do controle republicano da intendência municipal. Contudo, ao atentar para as estratégias operadas

com vista a manutenção do poder institucional vi que as representações e práticas utilizadas mudaram muito. Nesse momento as associações além de atuarem na arregimentação e mobilização do eleitorado passavam a interferir na própria definição dos nomes dos candidatos tanto republicanos como oposicionistas.

Apontada a importância das associações na vida política da cidade de Porto Alegre ao longo da década de 1920 me dediquei, ao longo do **capítulo três**, a evidenciar como elas se organizaram internamente e como se distribuíram no espaço urbano. Para fazer a análise deste objeto recorri a noção de esfera pública proposta por Jürgen Habermas e utilizadas por diversos autores para estudos semelhantes focados em outros em outro tempo-espaço. Observei que junto com o processo de modernização da sociedade porto-alegrense se constituiu um espaço de debate. Essa esfera pública era materializada nos jornais e nas associações políticas. Os primeiros divulgando os temas em debate pelos detentores do poder e as segundas organizando os grupos sociais urbanos para incidir sobre esse debate.

Apoiado na perspectiva da micro-histórica, tal como proposta por Carlo Ginzburg, observei o objeto através das informações que a documentação me ofereceu realizando o máximo de conexões possíveis entre elas. Percebi, então, que as associações organizavam o eleitorado urbano dividindo-o em áreas de influência. Assim existia aquela que congregava os republicanos do quarto distrito e outra que reunia os oposicionistas do Parthenon; uma que organizava os operários e outra freqüentada pelos empresários da comunidade alemã.

Mas todas mantinham certa regularidade em sua organização. Adotavam uma dinâmica de funcionamento marcada pela uma lógica burocrática: tinham uma extensa diretoria com cargos e funções bem definidas, organizavam estatutos, recolhiam contribuições e com isso muitas sustentavam uma sede para suas atividades. Assim concluí que as associações se constituíram como uma estratégia desencadeada pelos partidos políticos para realizar a arregimentação e mobilização eleitoral. Mas, noutro sentido, elas se tornaram também um espaço para que os diferentes grupos sociais urbanos se organizassem e expusessem seus interesses frente às lideranças partidárias.

Articulado o conceito fundamental no primeiro capítulo; evidenciado como o objeto se inseria no contexto no segundo; descritas suas características fundamentais no terceiro; me dediquei, no **quarto capítulo**, a observar, nas atividades realizadas pelas associações, as representações e práticas sociais utilizadas para agir, codificar e interpretar o campo político local. Para isso me vali do conceito antropológico de cultura apresentada por Roque Laraia como o código através do qual as sociedades atribuem sentido as seus rituais e discursos. Também me utilizei da descrição densa, tal como proposta por Clifford Geertz, como metodologia capaz de evidenciar os sentidos atribuídos a práticas sociais.

Utilizando essa metodologia falei do conjunto de atividades destacando: o trabalho de galopim (de arregimentação eleitoral); as reuniões de propaganda nas sedes das associações; e as mobilizações que utilizava as ruas e praças como espaço para a política. Nesse momento optei por uma narrativa centralizada mais pela descrição dos espaços de sociabilidade do que pela cronologia dos eventos.

Para entender a campanha eleitoral da década de 1920 convém lembrar que o direito de voto era facultativo aos homens maiores de 18 anos alfabetizados. O que demandava uma ampla campanha de inscrição eleitoral. Da mesma forma, não havia cédulas eleitorais oficiais cabendo aos eleitores levarem até a sessão os nomes de seus candidatos anotados em um papel. Essas duas responsabilidades, arregimentar eleitores e orienta-los no momento da votação, eram publicamente assumidas pelos membros das associações.

Paralelo a essas ocorreriam diversas outras atividades de campanha eleitoral propriamente dita. Para divulgar as candidaturas – tanto situacionistas como oposicionistas – eram realizadas diversas reuniões que podem ser tomadas como de atividades de campanha eleitoral. Esses eram os espaços onde os candidatos discursavam frente aos seus eleitores. E também o momento dos eleitores manifestarem seus interesses particulares naquele pleito. Ali lideranças partidárias e diretores das associações operavam um mútuo reconhecimento. A descrição desses eventos me mostrou que eles tinham uma dinâmica voltada a constituição de espaços de sociabilidade onde eleitores e candidatos se encontravam frente à frente enquanto membros de uma mesma comunidade de sentidos.

Tinham a oportunidade de se saudar e se pronunciar, estreitando relações e aprofundando lealdades.

Um outro tipo de atividade era aquele que utilizava ruas e praças da cidade como palco para a manifestação pública das opções políticas. Momentos particulares para isso eram as datas cívicas e a chegada de alguma liderança partidária na cidade. Nessas ocasiões ocorriam comícios e as passeatas que eram situações para lembrar e reafirmar projetos e fidelidades de forma pública. Na transcrição dos discursos proferidos nesses espaços pude ver como as responsabilidades pela vitória eleitoral eram divididas entre os presentes. Ganhar ou perder o pleito não era compromisso apenas das lideranças, mas de todos os partidários. Nesse sentido, atividades simples, como a distribuição de chapas, eram comparadas, em importância, as atribuições da Presidência do Estado ou da Intendência Municipal. Movimentos coletivos de apoio como passeatas e comícios populares eram tão significativos como os jantares com os grandes comerciantes e industriais da cidade.

É possível afirmar que, em seu conjunto, essas atividades eram os espaços de sociabilidade da política. Ali transitavam candidatos e eleitores, lideranças e partidários, ilustres e desconhecidos interessados em se apropriar do código que era operacionalizado no campo político local.

Mas como os cidadãos se apropriavam desse código? Dessa questão me ocupei no **quinto capítulo** da tese. Tal como na proposição de Pierre Bourdieu entendemos o campo como o espaço das relações sociais estabelecidas entre os membros de um mesmo grupo. Ali agentes e instituições são entendidas como estruturas estruturantes que se formam e se conformam mutuamente articulando o *habitus* de cada campo social. Em conformidade com o pensamento de Reinart Koselleck, entendo que os membros de uma comunidade operam uma complexa mediação entre o campo de experiência, que informa as relações sociais existentes, e o universo de expectativas, que lhes aponta o que pode ser desejado ainda que utopicamente. Instrumentalizado por essas perspectivas teóricas, mas limitados pela documentação, recortei três agentes coletivos e outros três personagens individuais para

evidenciar como as representações e práticas sociais eram apropriadas e resignificadas pela comunidade política.

Inicialmente expus como três dessas associações agiram de forma coletiva para ver um de seus membros como candidato. No início do ano de 1924 a comunidade alemã da cidade encaminhou um abaixo assinado a Borges de Medeiros solicitando a inclusão do nome de Alberto Bins na chapa de candidatos a deputado estadual sem obter êxito. Já para o pleito municipal esse grupo social organizou uma associação política e através dela participou dos esforços de arregimentação e mobilização eleitoral. Então viu a indicação do nome de Alberto Bins como Vice e depois como Intendente Municipal.

A Associação Comercial Varejista era outra entidade representativa que se fazia ouvir e indicava os nomes de seus diretores como candidatos ao Conselho Municipal. Da mesma forma, a Liga dos Operários Republicanos dialogava com a direção partidária para indicar algum de seus membros como candidatos. Nessa disputa chegavam mesmo a romper com as lideranças e a lançar candidaturas dissidentes levando ao limite as possibilidades de ação política. Movimentos semelhantes aos que observei no interior das associações oposicionistas quando, a revelia das definições da direção partidária, levam maciçamente às urnas chapas com nomes de candidatos não oficializados pelas lideranças políticas.

Essas estratégias de projeção também foram percebidas em algumas trajetórias individuais percorridas no interior do campo político local. Destacando as informações disponíveis na documentação sobre alguns personagens apresentei três casos particulares: No primeiro observei as opções feitas por uma velha liderança republicana para, através das associações e de seus espaços, se manter como elo de ligação entre o partido e o grupo social. No segundo apresentei o caminho percorrido como um jovem que se inseriu no partido por meio da sua atuação em uma associação, se projetou e teve seu nome lançado como candidato representativo dessa entidade. No terceiro caso apontei de que maneira um operário se apropriou dos termos do discurso positivista e das estratégias de mobilização

dos republicanos para se fazer liderança social frente ao partido e referência partidária frente ao grupo social.

Cada uma dessas seis trajetórias, longe de serem regras ou modelos explicativos, denotam as possibilidades de atuação no interior do campo político local. As associações eram agentes capazes de representar publicamente os interesses coletivos. Eram espaços de sociabilidade onde lideranças antigas e emergentes podiam se projetar tanto frente ao partido como diante dos grupos sociais urbanos. Com esses diferentes olhares sobre o objeto espero ter evidenciado ao leitor as representações e práticas sociais utilizadas pelos porto-alegrenses da década de 1920 para agir, codificar e interpretar o campo político local. Espero ter demonstrado a existência de uma **cultura política associativa** marcada por quatro características fundamentais:

1º por uma extensa rede de associações que incorporava os diferentes grupos sociais ao campo político; 2º por uma dinâmica burocrática que delimitava as possibilidades de movimentação dos agentes subalternos, mas que também reforçava a legitimidade de suas manifestações; 3º pela articulação de espaços de sociabilidade através dos quais os eleitores tornavam públicas suas posições criando laços de lealdade entre as lideranças e os liderados; 4º pela possibilidade de emergência, no interior desses espaços, de agentes coletivos e personagens individuais representativos dos interesses dos grupos sociais urbanos.

Em seu conjunto, essa **cultura política associativa**, pode ser caracterizada pela centralidade das associações no campo político local como espaços de sociabilidade onde os agentes sociais podiam estabelecer compromisso e projetar seus interesses partidários e sociais, coletivos ou individuais. Ou seja, um vago espaço de poder onde dezenas, senão centenas, de heróis anônimos lutavam cotidianamente, não por belas princesas, mas pelo seu próprio reconhecimento como membros dessa comunidade política.